

OS ASPECTOS ONTOEPISTEMOLÓGICO E AS DIMENSÕES DA MEMÓRIA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ONTOEPISTEMOLOGICAL ASPECTS AND THE DIMENSIONS OF MEMORY IN INFORMATION SCIENCE

Jhoicykelly Roberta Pessoa e Silva^a
Sandra de Albuquerque Siebra^b
Thais Helen do Nascimento Santos^c

RESUMO

Objetivo: Apresentar o caráter multidimensional da memória por meio de precedentes históricos, filosóficos, antropológicos e sociológicos. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória e qualitativa, realizada por meio de revisão bibliográfica. **Resultados:** A memória é abordada a partir de duas perspectivas distintas, mas indissociáveis: uma ontológica, ligada ao estudo do Ser; e outra epistemológica, relacionada à apreensão do conhecimento. As dimensões e tipologias da memória são vinculadas ao conceito de identidade. **Conclusões:** Considera-se que esta discussão pode contribuir para enriquecer o referencial teórico da Ciência da Informação, que trabalha esse fenômeno de modo transdisciplinar, a partir de uma síntese entre teoria e prática, considerando as questões existenciais, generalistas, hierárquicas, diferenciais, estruturalistas e simbólicas da memória.

Descritores: Memória. Aspectos Ontoepistemológicos. Identidade. Fenomenologia da Memória.

1 INTRODUÇÃO

Uma das célebres definições propostas por Aristóteles sobre o que é o ser humano afirma que “o homem é um animal político”. Na busca por uma

^a Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Brasil. E-mail: jhoicykelly.pessoa@ufpe.br

^b Doutora em Ciências da Computação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Docente do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Brasil. Brasil. E-mail: sandra.siebra@ufpe.br

^c Doutora em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP). Docente do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Brasil. E-mail: thais.hnsantos@ufpe.br

compreensão mais detalhada dessa frase, a história ressaltou que “ser político” significa, sobretudo, a premência de viver em sociedade. A constatação de diversas posturas sociais existentes entre povos e nações, nesse sentido, se apresenta como um elemento central nas reflexões sobre a cultura, desde tempos remotos. Contudo, as preocupações sistemáticas com essa questão são apenas recentes, gestadas a partir de iniciativas engajadas em interpretar as características intrínsecas do ser humano, as particularidades dos costumes e crenças, e o processo de desenvolvimento dos grupos sociais.

Toda essa preocupação não produziu uma definição objetiva acerca do conceito de cultura, mas uma variedade de pontos de vistas, plurais e multiformes. A complexidade da realidade sociocultural, seu entendimento e reflexão sofreram variações, tanto em extensão, quanto em aplicação, de modo que este fenômeno alcança o novo milênio por meio de pesquisas nos campos das Ciências Humanas e Ciências Sociais, tornando-se uma questão científica repleta de ambiguidades e contradições, revisada e reformulada a partir de perspectivas existenciais, generalistas, hierárquicas, diferenciais, estruturalistas e simbólicas.

É por meio da cultura que expressamos e gerenciamos o conhecimento, em um esforço dinâmico e constante de estabelecer ordem ao caos presente no mundo (GEERTZ, 1978). Essa distinção entre esses dois polos desembocou na concepção dualista da natureza humana, constantemente observada nas múltiplas querelas existentes entre os diversos conceitos históricos que são postos em contradição, tais como imanência e transcendência; razão e emoção; teoria e prática. Tais conceitos são quase sempre interpretados de modo antagônico, disputando pela centralidade no processo de compreensão de uma dada realidade e formulando um conjunto de leis que condicionam e determinam as dinâmicas sociais.

Todavia, apesar da variedade de definições possíveis acerca da cultura e, conquanto os estudiosos possuam certa tendência em compreender os conceitos a partir de uma concepção bipartida de mundo, outros, entretanto, propõem uma síntese entre os polos, em um movimento dialético de compreensão que exhibe a realidade de maneira unificada. Para Bauman (2012),

por exemplo, mais do que um conjunto de regras historicamente filtradas e internalizadas no convívio social, a cultura se apresenta como um método multidisciplinar de análise dos fenômenos objetivos que são determinados no âmbito da *práxis*. É a ação humana, inteligente e dotada de finalidade, que impõe uma ordem a realidade e a configura conforme suas próprias necessidades.

A ideia irrevogavelmente embutida nessa noção de *práxis* só é compreensível se encarada como um atributo da comunidade social, capaz de transcender a ordem particular e individual, e que possibilita a criação de novas e diferentes formas de ser. Em outras palavras, a cultura se desloca para além da oposição entre os polos subjetivo e objetivo, podendo ser interpretada como um mecanismo estruturante que determina a realidade, a partir de toda ação humana unificada e derivada das suas relações sociais, morais, econômicas e políticas (CUCHE, 2012). Nesse viés, a cultura é um fenômeno humano subjetivo que modela a realidade objetiva e a apresenta em uma estrutura que se adequa as nossas formas de percepção.

Essa ideia também pode ser expressa de modo concreto em produtos ou manifestações culturais – a linguagem, a arte, a religião, a ciência, a tecnologia e os diversos registros do conhecimento –, por meio de um caráter simbólico de apreensão, descrição e apresentação da nossa identidade, seja pessoal ou coletiva. É por isso que Bauman (2012, p. 182) propõe que a cultura deve ser definida como a “subjetividade objetificada”, isto é, “um esforço para compreender o modo como uma ação individual é capaz de um possuir validade supraindividual; e como a realidade dura e consistente existe por meio de uma multiplicidade de interações individuais”. Essa maneira de descrever as dinâmicas sociais, mais distante de uma visão bipartida, auxilia na compreensão de outros conceitos indispensáveis na resolução dos enigmas fundamentais que regem a origem da *práxis* social, como o conceito de memória.

De modo análogo ao conceito de cultura, o conceito de memória possui raízes nas primeiras civilizações ocidentais, encontrando precedentes na filosofia e nas práticas de registro do conhecimento, dos gregos até os dias atuais. Apesar de ser uma temática amplamente discutida nas Ciências Humanas e Ciências Sociais, os estudos voltados para a mesma na Ciência da

Informação (CI) referem-se, em geral, a uma multiplicidade de séries causais e tendem a apresentar um olhar direcionado ao âmbito coletivo e institucional, em detrimento de uma análise mais holística sobre a problemática, inviabilizando uma compreensão mais abrangente e mais própria do conceito de memória em si.

Desse modo, esta pesquisa tem como objetivo apresentar a fenomenologia da memória na Ciência da Informação, a partir de precedentes históricos, filosóficos, antropológicos e sociológicos. Assim, em um primeiro momento, apresenta-se o caráter multidimensional dessa temática, estruturada a partir de duas perspectivas distintas, porém indissociáveis: uma ontológica, ligada ao estudo do Ser; e outra epistemológica, relacionada à apreensão do conhecimento. Posteriormente, em segundo momento, são abordadas as diversas distinções e tipologias da Memória, sob a ótica da identidade individual, coletiva e social.

Quanto aos procedimentos metodológicos, esta é uma pesquisa de natureza exploratória e qualitativa, realizada a partir de uma revisão bibliográfica em artigos, livros e capítulos de livros.

Considera-se que esta discussão pode contribuir para enriquecer o referencial teórico da Ciência da Informação, que trabalha a memória de modo transdisciplinar, a partir de uma síntese entre teoria e prática, considerando as questões existenciais, generalistas, hierárquicas, diferenciais, estruturalistas e simbólicas da mesma.

2 ASPECTOS ONTOEPISTEMOLÓGICOS DA MEMÓRIA

A despeito da tradição filosófica, na qual prevalecia a noção egológica da experiência mnemônica, havia uma preocupação existencial de ordem ontológica ligada ao próprio estudo do Ser. Estava presente nos problemas originados pela relação indissociável entre os conceitos de lembrança, imaginação, esquecimento, existência e conhecimento. Para compreender como se desenvolveram essas prerrogativas é necessário perceber que o conceito de memória, nesse contexto, foi concebido inicialmente como uma manifestação divina.

A deusa *Mnemosýne*, tal como relata Hesíodo (1991) em sua *Teogonia*, é a mãe das Musas que inspiravam os poetas a elaborar os poemas sagrados. Esse laço de parentesco fazia com que a tradição cultural e os feitos individuais de cada sujeito não caíssem no esquecimento, garantindo que o conhecimento das gerações passadas se perpetuasse. Assim, os “poetas possuíam o poder de ultrapassar e superar todos os bloqueios e distâncias espaciais e temporais, um poder que só lhe era conferido pela *Mnemosýne* através das Musas” (TORRANO, 2014, p. 16).

Vale ressaltar que, neste período, a cultura desses indivíduos era completamente centrada na oralidade, visto não existir um alfabeto gráfico suficientemente desenvolvido para representar as palavras faladas (KRAUSZ, 2007). Quem era inspirado pelas filhas de *Mnemosýne* e detinha o poder de jamais esquecer, só poderia ser considerado um sujeito divino, destacado, que, por conta da sua incrível capacidade, possuía o maior conhecimento dentre os homens do seu tempo (CRUZ, 2018). Aqui, portanto, o conceito de Memória revela justamente os seus dois sentidos mais fundamentais: existir e conhecer. A memória dos poetas lhes dotava de um conhecimento divino e garantia a capacidade de immortalizar quem promovesse atos extraordinários (DETIENNE, 2013).

Enquanto seres conscientes da finitude da vida, os gregos arcaicos (800 – 500 a.C.) não temiam a morte em si, mas o fato de serem esquecidos. Por isso, os grandes heróis realizavam atos extraordinários para que sua memória fosse perpetuada para as gerações vindouras. Um célebre exemplo disso pode ser encontrado na *Ilíada*, onde Aquiles aceitou partir para aventuras letais, em troca da imortalidade que a fama lhe concederia (HOMERO, 2015). Desse modo, sua vida transcenderia o tempo e o espaço, próprios da condição humana, o que transformava homens em deuses, ao conceder-lhes a possibilidade de serem conhecidos por aqueles que ainda nem sequer chegaram a nascer.

Além do culto dos mortos e da tradição dos monumentos, Simônides de Céos foi o responsável pôr propor a Mnemotécnica, ou a técnica de estimulação da memória, através do Método das Jornadas, que abordava o tema a partir de outra perspectiva. Ao comparar a poesia com a pintura, percebeu que as duas

artes possuíam um denominador comum: tanto o poeta, quanto o pintor necessitariam visualizar imagens, sendo que um a expressa em versos e o outro, em pinturas. Deduziu, portanto, que a mente humana teria o potencial de fixar experiências transmitidas pelos sentidos, sobretudo a visão. Propôs, então, o exercício da construção imagética de um lugar, no qual poderíamos demarcar, guardar e organizar itens ou pontos de referência, facilitando o processo de traçar um percurso para lembrá-los e recuperá-los mentalmente. As considerações de Simônides foram descritas como “a arte da memória”, desenvolvida e utilizada posteriormente por vários filósofos e mestres da retórica – como Cícero e Quintiliano – desencadeando na noção de memória artificial para designar a recordação de coisas e palavras (YATES, 2007).

É apenas na Grécia Clássica (500 – 300 a.C.) e, em especial, com Platão que esses sentidos se transformaram em campos próprios de investigação filosófica. A Ontologia, seguindo a preocupação pela existência, procura descobrir o que há de invariável nas coisas; aquilo que faz com que, mesmo durante as inúmeras transformações, permaneça oferecendo o seu sentido originário (REALE, 1994; OLIVEIRA, 2016). É assim que a imaginação, mas também a memória, trazem, desde a origem, o cunho da suspeita do “não-ser implicado” no “não-verdadeiro”. A tentativa de distinção desses termos possibilitou o reconhecimento da dimensão mimética do verdadeiro e do falso testemunho, além de possibilitar a descoberta do famoso Mundo das ideias: o lugar onde reside o ser perfeito e imutável de todas as coisas.

Em diálogos como o *Teeteto* e o *Sofista*, a nossa alma faz parte desse “outro mundo” e, por isso, podemos acessá-lo. Para isso, é fundamental desprendermos das coisas corpóreas e, pouco a pouco, direcionarmos nossa existência às virtudes mais elevadas. Para Platão (2014), vivemos em um ciclo contínuo de metempsicoses e sempre que entramos em contato com um novo corpo, esquecemos de tudo que vivenciamos nas vidas passadas. Na medida em que vamos envelhecendo e adquirindo novos conhecimentos, fazemos com que a nossa alma relembre as ideias que ela viu no outro mundo. Desse modo, o conhecimento objetiva resgatar as memórias de experiências passadas, ou seja, “conhecer” torna-se sinônimo de “relembrar”.

Deixando de lado todos os aspectos religiosos inerentes à filosofia de Platão, Aristóteles atribui outro tipo de valor à memória: o de reminiscência ou a imagem lembrada do passado. Para ele, a memória é o princípio fundamental do conhecimento, visto que apenas aqueles animais que possuem uma capacidade maior de memorização são os mais desenvolvidos. Percebeu ainda que a lembrança pode ser vaga ou incompleta, por isso, contribuiu para a distinção de *mnémé* e *anamneses*, propondo a primeira definição sobre o fenômeno mnemônico de evocar uma recordação por meio de uma necessidade ou hábito: “é a partir da memória que os seres humanos adquirem experiência, porque as numerosas lembranças de uma mesma coisa acabam por produzir o efeito de uma única experiência” (ARISTÓTELES, 2012, p. 41). Em resumo, a concepção platônico-aristotélica de memória estava muito relacionada a toda experiência que se quer resgatar de um contato anterior, pessoal e sensitivo, potencializando as duas noções distintas, porém complementares. A percepção platônica estava voltada para a imaginação ou para a representação presente de uma coisa ausente. Já a percepção aristotélica estava centrada na representação de um conhecimento adquirido do passado.

Seguindo nessa perspectiva, Bérqson (2005), séculos depois, afirma que o fenômeno da memória se envolve com uma realidade dualista: realista e idealista; do espírito e da matéria. Existem diferentes tonalidades da atividade cognitiva nas quais o papel da lembrança é resgatar as experiências passadas que se encontram residentes no campo do espírito e que contribuem para a compreensão das percepções presentes. Sob estas duas formas, as lembranças do passado e as percepções do presente, a memória é aquilo que garante, em um primeiro nível, a consciência individual do nosso conhecimento das coisas e, em um segundo nível, a concepção coletiva e objetiva que delimita a realidade ao nosso redor.

Esse processo da memória apontado por Bérqson é descrito por Deleuze (1999, p. 56) em diferentes etapas:

Trata-se, em tudo isso, da adaptação do passado ao presente, da utilização do passado em função do presente - daquilo que Bergson chama de "atenção à vida". O primeiro momento assegura um ponto de encontro do passado com o presente: literalmente, o passado dirige-se ao presente para encontrar um

ponto de contato (ou de contração) com ele. O segundo momento assegura uma transposição, uma tradução, uma expansão do passado no presente: as imagens-lembranças restituem no presente as distinções do passado, pelo menos as que são úteis. O terceiro momento, a atitude dinâmica do corpo, assegura a harmonia dos dois momentos precedentes, corrigindo um pelo outro e levando-os ao seu termo.

Por outro lado, o problema da fenomenologia da memória também perpassa as questões semióticas paradoxais de sentido e linguagem. O testemunho, por exemplo, eleva o conceito e as práticas da memória às condições mais formais, que possibilitam o processo efetivo de operacionalização histórica do passado. Testemunhar reforça a ideia de declaração de um fato, porém consegue ir muito além disso: o seu uso como artifício retórico e como forma de representação de contextos e narrativas da tradição oral, legitima-se como prova factual que vai além da esfera judicial e do exercício ético de saber ouvir. A partir deste princípio, portanto, pela primeira vez no ocidente, a memória perde seu valor sagrado e estabelece um vínculo restrito ao passado humano (ESPERANÇA, 2006; LE GOFF, 2003).

Contemporaneamente estudada na Psicologia e Antropologia, a narrativa testemunhal permeia a Teoria da Sedução Generalizada dos psicanalistas Sigmund Freud e Jean Laplanche, na qual o processo contínuo de reconstrução e temporalização de fatos auxilia na reordenação de acontecimentos e na organização de emoções diante de situações difíceis, como perdas ou separações (TARELHO, 2012). Neste caso, o testemunho alcança um patamar elevado do processo sedutor da narrativa e do imperativo comunicacional do ser humano (RODRIGUES; MARTINEZ, 2014).

A problematização do tema recai tanto sobre a mensagem transmitida – até que ponto esta é verdadeira, mentirosa ou enganosa? –, quanto sobre sua intencionalidade – ela é consciente ou inconsciente? Candau (2019, p. 65) conclui que o processo de mobilização memorial é necessário a toda consciência de si, e a lembrança não é a imagem fiel da coisa lembrada, mas um estágio pleno de toda complexidade do sujeito e de sua trajetória de vida. Em outras palavras, pode-se entender que as pessoas se lembram do que elas compreendem ser o significado do fato e não, necessariamente, do fato em si, como os fenômenos das falsas memórias.

Sob outra perspectiva, este mecanismo tem se mostrado um artifício da comunicação bastante eficaz para publicidade e propaganda, principalmente quando somado a fatores como “discursos de poder”. É necessário perceber, como destaca Foucault (1996, p. 10), que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar”. A memória, portanto, como elemento de construção e reconstrução da consciência particular e coletiva dos indivíduos pode ser usada em favor de discursos de dominação que visam apresentar fatos por meio de perspectivas que corroboram com as suas idiosincrasias.

Já no âmbito educacional, essa perspectiva da memória também pode ser utilizada como instrumento ético e político de ensino-aprendizagem contra o sentimento de indiferença, a partir da dimensão de alteridade e empatia, no qual o exercício de se colocar no lugar do outro impulsiona o processo de aprendizagem por parte dos educandos. Os testemunhos, apresentando experiências particulares de cada sujeito, são como espelhos que refletem nossa própria alma e, como tal, possibilitam um olhar objetivo dos nossos aspectos subjetivos (BRANDÃO, 2008; ROVAI, 2013; KESSLER *et al.* 2017).

Para Ricœur (2009), a memória possui ainda características naturais e artificiais, exercitadas através do hábito. No âmbito artificial, apresenta as proezas do processo de memorização, enquanto que no âmbito natural ela se subdivide em três perspectivas cognoscentes: a) impedida a nível patológico-terapêutico; b) manipulada em um nível prático; e c) obrigada ou forçada em um nível ético-político. Nestes casos, os “usos” e “abusos” da memória remontam uma problemática moral, a partir do dever ou imperativo de justiça. Isso significa que, em certas circunstâncias, o nosso direito, dever ou necessidade ao esquecimento estão submetidos a fatores como culpabilidade e perdão.

O ressentimento resulta do panorama conflituoso entre as posições antagônicas da lembrança e do esquecimento, refletidas nos modos distintos de viver do ser humano. Em *Genealogia da Moral*, Nietzsche (2009) aponta que a culpa é um modo de ativar a memória de forma contínua, ruminando a lembrança carregada pela mágoa. O excesso de memória desencadeia em uma existência

resignada e ressentida com o peso das ações passadas e, neste sentido, o poder de esquecer significa a possibilidade de reafirmar a nossa existência. Lembrar e esquecer são, sobretudo, capacidades psíquicas com a finalidade de reordenar e recriar novos cenários. É mister, portanto, para evitar o abuso da memória, reservar certo viés normativo, indispensável para a sua regularização.

Assim, todo objeto criado pelo homem atinge o *status* testemunhal e pode auxiliar no conhecimento de si e do mundo, visto que qualquer criação humana resguarda um pouco da memória de quem a criou ou acumulou (DODEBEI, 2016). O poder do testemunho foi extraordinariamente ampliado pelo surgimento da escrita: o alfabeto adquire um valor destacado e os manuscritos passam a se tornar os objetos privilegiados de guarda e de disseminação do conhecimento. É precisamente isso que aponta Queiroz (2005, p. 2-3) quando afirma que:

A escrita é ao mesmo tempo das coisas mais universais e mais inapreensíveis. Sem a escrita, a cultura, definida como uma 'inteligência transmissível', não existiria (talvez existisse de forma rudimentar que mal se poderia reconhecer) [...] o discurso escrito transcende o espaço e a duração. Por si mesmo, pode ser difundido, em sua totalidade, em todos os tempos e em todos os lugares, dispensando a presença de quem o fez e, conseqüentemente, suprimindo a dependência de quem o recebe.

Esse pressuposto, agora de ordem epistemológica, garante a preservação e a disseminação do conhecimento para a posteridade. Assim, a memória excede os recursos da inteligibilidade de uma *episteme* do conhecimento puramente histórica, pois mais do que apenas representar o passado, resguarda a existência e a experiência de fatos, a partir da capacidade humana possibilitada pelos atos de comunicar, registrar, adquirir, classificar, preservar e disseminar o conhecimento. Esses registros, ou *exomemórias*, abrangem toda informação registrada, em suporte físico ou digital, resultantes do multiculturalismo (HALBWACHS, 1990; GARCÍA GUTIÉRREZ, 2008).

A noção de memória material possibilitou a construção e a organização de lugares de memória, tornando possível a integração da humanidade em torno do conhecimento (NORA, 1993). A memória, mais do que uma mera representação do passado, era compreendida como uma via exclusiva de acesso a pensamentos e acontecimentos já ocorridos, mas que trazidos de volta ao presente, poderiam se transformar e adquirir novos contornos que auxiliariam

na compreensão do futuro. Essa dinâmica, tornou possível o progresso dos saberes e diminuiu distâncias espaciais e temporais.

Não é à toa que, durante a idade média, a memória acaba perdendo seu caráter mais vital, própria da cultura helênica, e passa a se cristalizar em favor do registro e da guarda de informações por grupos mais privilegiados (CHARTIER, 2010). Certos conteúdos adquirem hegemonia perante os dogmas, fundamentalmente pautados no Cristianismo. Desse modo, representar a memória a partir de um olhar enviesado do passado ou de forma anacrônica, significa condená-la ao esquecimento. E, não por acaso, as bibliotecas desse período transformaram-se em verdadeiras prisões, encarregadas de confinar toda informação que ameaçava os discursos de poder do corpo eclesiástico (MARTINS, 2002; ECO, 2010).

Santo Agostinho, um dos maiores nomes desse período, ofereceu importantes contribuições acerca do fenômeno da memória, mas a restringe a um viés exclusivamente religioso. Acreditava que a memória, juntamente com o intelecto e a vontade, seriam a imagem da Trindade do ser humano ou os três poderes da alma (YATES, 2007). No livro X das suas *Confissões*, a memória e a interioridade possuem uma relação de quase sinonímia, no qual é *na* memória que Deus deve ser primeiramente buscado. Isto é, no olhar que deve ser direcionado ao nosso interior e às nossas lembranças: “encontrar a Deus talvez seja possível somente quando, a interioridade, isto é, o homem interior, realizar o encontro consigo mesmo e isso não pode acontecer sem a presença, na interioridade humana, da memória” (BOAS; SILVA; QUADROS, 2019, p. 395).

O início da Modernidade ocasionou uma maior popularização do conhecimento, mas ainda em um nível muito pequeno. Apesar da imprensa de Gutemberg ter impulsionado a explosão bibliográfica desse período, isso se deu de modo gradativo, pois a maior parte da população não era alfabetizada (MILANESI, 2013). Mesmo a Bíblia, o livro mais comentado e estudado durante os quatorze séculos da Idade Média, não possuía uma versão popular, acessível ao público mais amplo. Até as missas eram realizadas em latim, uma língua profundamente erudita, utilizada nos estudos da Literatura, da Filosofia, do Direito e da Administração Pública (BURKE, 2003).

Já as investigações científicas precisavam primeiro retomar os seus passos e daí então passar a pensar na disseminação da informação. Da redescoberta da “ciência grega”, surgiu a necessidade de ultrapassar concepções há muito engessadas (LE GOFF, 2003). A memória contribuiu para isso, mas continuou sendo manipulada por grupos seletos. O caráter custodial da informação, centrado exclusivamente na guarda da memória, permaneceu até mesmo depois da revolução industrial e da explosão quantitativa da informação – estando presente ainda hoje em algumas unidades de informação espalhadas pelo mundo (MIRANDA, 2010).

Todavia, desde o século passado, o paradigma custodial vem se tornando incapaz de solucionar os novos problemas postos pela contemporaneidade. Nossa existência pode se transformar em passado no mesmo instante em que estamos tentando anunciar o futuro. A essência agonizante do fluxo temporal é uma condição que ameaça histórias, crenças, saberes e heranças de indivíduos e grupos sociais. A memória fornece a possibilidade de reviver tudo isso, modelando pressupostos que condicionam os indivíduos a incorporarem aspectos do passado no interior de incontáveis lembranças.

Ademais, ela também ganha um contorno para além das simples recordações pessoais de cada indivíduo, adquirindo um caráter constitutivo de coletividade dinâmica, próprio de cada cultura, pois é “sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações” e, ainda, “suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações” (NORA, 1993, p. 9). O esquecimento ou a não-lembrança, também pode significar exatamente uma falha na recuperação do estoque de memória, como aponta Eco (2010, p. 14), “não há silêncio maior do que o ruído absoluto, e a abundância de informação que pode gerar a ignorância absoluta diante do nosso estoque de memórias”.

Neste sentido, pode-se perceber que a Cultura, a Identidade e o Patrimônio são os três pilares da consciência contemporânea, tornando-se um equívoco abordar as questões da memória sem distinguir a ação inicial cognitiva da lembrança e os seus desdobramentos nas esferas cognitiva e documental

(CANDAU, 2019). Os que seguem nessa perspectiva acabam por tornar a memória um sinônimo da história, subtraindo toda a sua ligação orgânica com a cultura e transformando-a em uma mera representação do passado (NORA, 1993). Assim como restringe o seu valor e desconsidera a dialética da representação e da interpretação científica própria de cada pesquisador. Cabe, portanto, compreender como se dá essa relação entre os níveis mais particulares e coletivos, em um processo de construção de uma memória social.

3 DIMENSÕES DA MEMÓRIA: INDIVIDUAL, COLETIVA E SOCIAL

Os aspectos ontoepistemológicos da memória facilitaram na compreensão dos *métodos* e *objetivos* encontrados nas atividades mnemônicas até a modernidade, mas a partir do século XIX, com o surgimento das Ciências Sociais, a problemática mudou de foco para o seu destinatário: a *quem* pertence ou deve pertencer à memória? Os estudos sociológicos voltados ao conceito de consciência coletiva, tal como propostos por Émile Durkheim, somados ao debate sobre as relações estabelecidas entre a cultura e a memória no contexto social, desencadearam a necessidade de se discutir um terceiro conceito inevitável: o de identidade.

Esses conceitos se entrecruzam e são indissociáveis, visto não existir uma busca identitária sem memória e vice-versa. A memória é a identidade em ação, atuando na construção do sujeito por meio da apropriação da sua individualidade (MUXEL, 1996). Já a identidade, por seu turno, se caracteriza pela capacidade de permanecer consciente diante das rupturas de paradigmas que ocorrem durante o processo de evocação da memória. Essa dialética pode ser considerada um estado da representação da realidade, a partir das condições subjetivas inerentes a cada indivíduo. Isso é algo que Kant (2013) já havia chamado a atenção, quando afirmava que jamais podemos conhecer os aspectos da realidade que se encontram para além do modo humano e limitado de estruturar as nossas percepções.

Além disso, é mister considerar também o fato de que a identidade pressupõe os sentimentos naturais de pertencimento e não-pertencimento perante as totalidades, pois “ter uma identidade parece ser uma das

necessidades humanas mais universais” (BAUMAN, 2012, p. 32). Se o sentimento de pertencimento fortalece a autoconfiança do indivíduo, proporcionando trocas de conhecimento, experiências e uma aparente sensação de estabilidade, força ou segurança, o não-pertencimento causa medo, solidão, ansiedade, angústia e promove a incessante luta por reconhecimento e aceitação pelo diferente. Neste sentido, a identidade pessoal confere o significado do “eu” e o papel da memória é moldar e ser moldada.

Para Candau (2019), o conjunto da personalidade de um indivíduo emerge da memória, isso porque a origem do sentimento de continuidade temporal é uma condição necessária para representação da unidade do Eu, sendo bem mais eficiente do que simples sensações. Bosi (2003, p. 53), por sua vez, acredita que a memória é “um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo”. Ricœur (2009), baseado nas concepções de Santo Agostinho, John Locke e Edmund Husserl, aponta para a necessidade de um olhar individualista, interno e privado da memória, na qual o exercício da repetição da lembrança oferece aos sujeitos a capacidade perceptiva, epistêmica e mnemônica que faz com que o ser humano tenha consciência sobre si, da sua identidade:

Para nós, que nos indagamos aqui sobre o caráter egológico de uma filosofia da consciência e da memória, que não parece propor nenhuma transição praticável em direção a qualquer ser em comum, a qualquer situação dialogal ou comunitária, o primeiro traço notável é a definição puramente reflexiva da identidade (RICŒUR, 2009, p. 114).

Para Brandão (2009), o processo social de criação de cultura atribui ao ser humano a possibilidade de afirmar-se como um ser consciente a respeito do seu saber. Quando se abrange o escopo da memória para o contexto coletivo, a complexidade de sua atuação também se amplia. Isso ocorre porque o termo identidade remete à noção de características universais e comuns, e a sua aplicação no contexto coletivo ou social pressupõe a existência de vários indivíduos idênticos, deixando de lado suas características e circunstâncias subjetivas. Entretanto, o conceito de memória é frequentemente utilizado de uma forma menos restritiva, como sinônimo metafórico de cultura: “a memória é o fio condutor em que a cultura é transportada pelos tempos [...] É ela que nos permite

a noção do tempo e por meio dela prosseguimos na linha de sucessões e de aprendizados compartilhados” (LEAL, 2011, p. 356).

Geertz (1978) afirma que os indivíduos desenvolvem ao longo do tempo uma teia de representações construídas, partilhadas e reproduzidas coletivamente, tal qual um sistema de signos e significados que compõem a cultura, que podem ser interpretados de forma inteligível. Sob esse ponto de vista, autores como Castro (2005) e Candau (2019), apontam para a necessidade de elaborar distinções sobre o conceito de identidade, a partir da classificação no âmbito individual, coletivo e social. Essas dimensões e significações de identidade estão refletidas nas fronteiras da escala gradual que diferenciam o ‘eu’ do ‘não-eu’ ou ‘nós’ e ‘eles’, reunindo tudo aquilo que é semelhante e, automaticamente, separando o que é diferente. Muitos desses limites estabelecidos são objetos de estudo da sociologia fenomenológica de Alfred Schutz e dos métodos de pesquisa propostos pelo psicólogo Kurt Lewin, resultando numa espécie de “mapeamento egocentrado” (BAUMAN, 2012, p. 192).

Tais variações situacionais também conferem peso aos trabalhos antropológicos de abordagem etnográfica. Entretanto, apesar desses campos científicos abordarem essas variáveis de formas diferentes, acabam apresentando um pressuposto em comum acordo: a perda da memória se assemelha à perda de identidade, tanto a nível individual, quanto social.

Sem memória o sujeito se esvazia, vive unicamente o momento presente, perde suas capacidades conceituais e cognitivas. Sua identidade desaparece. Não produz mais que um sucedâneo de pensamento, um pensamento sem duração, sem lembrança de sua gênese que é a condição necessária para a consciência e o conhecimento de si (CANDAU, 2019, p. 59-60).

Bosi (2009, p. 39) atribuía à lembrança a função de manter o passado vivo: “é diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, seria uma imagem fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reparição”. Desta forma, a memória é um dos meios pelo qual a cultura pode ser resgatada e vivenciada por indivíduos ou grupos de indivíduos que se reconhecem socialmente. A autora supracitada defende que a memória

do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão, com os grupos do convívio, adquirindo e internalizando suas referências peculiares.

A criança recebe do passado não só os dados da história escrita; mergulha suas raízes na história vivida, ou melhor, sobrevivida, das pessoas de idade que tomaram parte na sua socialização. Sem estas haveria apenas uma competência abstrata para lidar com os dados do passado, mas não a memória (BOSI, 2009. p. 31).

A autora afirma ainda que as lembranças familiares guardam vínculos difíceis de separar, pois esses laços podem persistir mesmo quando um dos indivíduos se desagrega do núcleo de origem. Em outras palavras, a memória familiar transcende o sentimento singular e se fixará na memória individual de cada membro da família. Essas raízes biográficas refletem no comportamento dos sujeitos, modificando sua relação com outros grupos. Para a socióloga Muxel (1996), a memória da família é um objeto de pesquisa bastante categórico, pois representa o primeiro grupo com o qual o indivíduo terá contato e herdará um conjunto de características socioculturais. Na medida em que os sujeitos vão tendo contato com outros grupos sociais, eles expandem sua visão de mundo, se adaptando e adquirindo novos olhares.

Seguindo os fundamentos do Interacionismo Simbólico, as significações obtidas nas relações sociais são apreendidas e interpretadas de formas muito particulares pelos sujeitos. Essa teoria, desenvolvida no cerne da psicologia social, apresenta a princípio três premissas basilares para a compreensão do indivíduo: sua motivação, suas tradições e suas transformações ou ressignificações (BLUMER, 1969). Neste sentido, podemos afirmar que a memória é um processo de seleção e escolha, no qual

Cada um recorda aquilo que considera importante para a coletividade, fazendo emergir uma formação identitária a partir dessas experiências coletivas. Aí surge, portanto, uma forma simbólica de identidade cultural. A memória pode representar, assim, a consciência de um sentimento de identidade, permitindo identificar os grupos e suas tantas distinções e pontos de encontro (OLIVEIRA, 2015, p. 24).

A evocação ou reconstrução da memória individual, portanto, esbarra na questão da identidade cultural dos grupos sociais aos quais pertence. Conforme relata García Gutiérrez (2008), essa característica fica evidente, sobretudo, nos

registros do conhecimento produzidos por uma comunidade. A narrativa que prevalecerá nos discursos, nos relatos e nas experiências serão descritas a partir do ponto de vista do grupo dominante. Ao considerar tal problemática, o autor coloca em evidência a influência das ideologias propagadas e absorvidas entre os indivíduos que constituem esses grupos sociais. Seja individual ou coletiva, toda representação é produzida sob uma perspectiva passiva de manipulação. Ocultar, modificar ou apagar a identidade cultural de uma comunidade é condená-la ao esquecimento (PIRES, 2012). Essa realidade é própria de regimes político-ideológicos antidemocráticos que utilizam a memória como instrumento para divulgação e/ou consolidação de uma determinada concepção.

Ao pôr em prática a ideologia, o sujeito se coloca na condição de representante da realidade social, agindo em nome de uma sociedade, uma cultura e uma história específicas. Como componente do psiquismo humano, a estrutura ideológica de caráter social determina as formas de pensamento, sentimento e ação das pessoas em suas relações cotidianas assim como os próprios processos de construção da memória coletiva (ANSARA; DANTAS, 2015, p. 213-214).

Foi ao considerar esse aspecto coletivo que o sociólogo Maurice Halbwachs, em sua obra *Memória Coletiva* (1990), pôde distinguir os quadros sociais, denominados de “contextos sociais da memória”, responsáveis pela reconstrução do passado. Para ele, a memória representa a interseção entre a identidade do indivíduo e a sua história de vida. Em seus estudos, defendeu que não existe uma memória puramente individual e isolada, pois as influências absorvidas pelo meio são necessariamente inevitáveis. O sincretismo cultural e identitário podem ser estabelecidos tanto pela longa convivência, quanto pela mínima interação entre os grupos. Tal argumento está pautado nos preceitos de Max Weber sobre interação e significado da ação social e podem ser estendidos para a compreensão da memória enquanto fenômeno coletivo.

Se a memória individual pode, para confirmar algumas de suas lembranças, para precisá-las, e mesmo para cobrir algumas de suas lacunas, apoiar-se sobre a memória coletiva, deslocar-se nela, confundir-se momentaneamente com ela, nem por isto deixa de seguir seu próprio caminho, e todo esse aporte exterior é assimilado e incorporado progressivamente à sua substância (HALBWACHS, 1990, p. 49).

Desse modo, a memória se fragmenta em dois segmentos: um interior e pessoal; o outro exterior e social. A lembrança é intrinsecamente autobiográfica

e as narrativas memoriais são extrinsecamente históricas e sociais. Para Halbwachs (1990), a memória pode ser compreendida como um fenômeno social, no qual os indivíduos devem atuar como testemunhas uns dos outros, mantendo a responsabilidade constante e ininterrupta de lembrar não só de si, mas dos grupos aos quais pertence – dando, assim, continuidade à história da sociedade, através da narração dos fatos vivenciados pelos grupos e coletivos.

Muito embora a memória perpassasse um número variado de campos de investigação, os principais estudos sociais desenvolvidos sobre o tema divergem em torno de definir os limites entre o coletivo e o social ou tratá-los como sinônimos. Na Paleontologia, por exemplo, a ideia de memória social é entendida em seu sentido mais genérico, enfatizando as características culturais que nos diferem dos demais animais (LEROI-GOURHARN, 2002).

Na tentativa de demarcar as fronteiras do coletivo e do social, o historiador Le Goff (2003) buscou estabelecer uma estrutura hierarquizada da memória, na qual a definição de memória coletiva seria atribuída aos povos sem escrita, que perpetuam suas tradições por meio exclusivo da tradição oral. Já a memória social, seria atribuída às sociedades que valorizam a escrita e a memória patrimonialista. Entretanto, essa interpretação foi desconsiderada por Chartier (2002), ao questionar os contrastes estruturais entre sociedades. Para ele, essa categorização da memória proposta por Le Goff não seria suficientemente capaz de abarcar as sociedades que convivem com ambas as manifestações, oral e escrita.

Pollak (1995) aponta que as estruturas institucionais atuam como um fator aglutinador, responsável por unir as memórias coletivas no tecido social. Entretanto, esse mesmo fator pode desencadear o sentimento reverso, promovendo tensão entre os grupos. Essa realidade resulta na disputa entre a construção da memória social e seus usos – o consenso é, portanto, determinado pela conjuntura social do momento histórico e a memória, apesar de se apresentar como algo sólido e estável, não possui garantias de segurança.

A Ciência da Informação, por sua vez, passou a atribuir maior destaque à temática da memória e à função social da informação. Como aponta Wersig e Neveling (1975), a CI passou a desenvolver sua estrutura teórica ramificada,

pautada na interligação de modelos científicos e interconceitos, adequando-os aos seus objetivos. Araújo (2018) compreende que esse movimento foi uma consequência do abandono de fundamentos puramente tecnicistas de armazenamento e recuperação dos produtos e sistemas de informação. Bush (1945) distingue dois pressupostos para a memória: o de armazenar os diversos elementos de informação e os mecanismos que permitirão seu acesso.

Atualmente, o conceito de memória é empregado a partir de suas múltiplas manifestações, servindo de instrumento para o desenvolvimento do conhecimento no âmbito cognitivo e de práticas sociopolítico culturais, associadas aos modelos que abordam as propriedades gerais dos fenômenos informacionais. A memória social é sintetizada e sistematizada em torno dos contextos da produção, disseminação e acesso à informação, a partir do prisma social e público. Isso porque a informação é um acontecimento que afeta o meio – dissolvendo, alterando, subvertendo, destruindo ou ressignificando tudo aquilo que é indeterminado, desconhecido ou obsoleto (CAPURRO; HJORLAND, 2007).

Eco (2010) aponta que, independentemente da forma, esses registros permitiram que a escrita se personalizasse, podendo ser classificados através de três perspectivas distintas: a memória orgânica, registrada e administrada pelo nosso organismo; a memória vegetal, ou toda produção registrada no suporte de papel, desde o papiro; e a memória mineral, que corresponde aos primeiros signos traçados em tabletes de argila ou esculpido em pedra, mas também, aos registros arquitetônicos e os computadores, utilizados como estoque de memória, cuja matéria-prima base de fabricação é o silício.

Oliveira e Rodrigues (2010), afirmam que os estudos sobre a memória na CI podem ser categorizados de três formas análogas, porém complementares: a) os estudos sobre a memória humana com foco na sua capacidade intrínseca de conservar, recordar e transmitir informações, sentimentos e experiências, a partir dos processos cognitivos; b) sobre a memória artificial, ou a memória registrada que serve como uma extensão da memória humana; e c) sobre a memória social e como os registros estão ou poderão ser socialmente construídos, representados e compartilhados, estejam institucionalizados –

compondo os acervos de arquivos, bibliotecas e museus –, ou não.

Nos estudos que adotam a perspectiva social da memória, a etapa do processo informacional mais citada e associada ao termo é a preservação, a partir do pressuposto de que a preservação das informações ou dos documentos possibilita a (re)construção de parte da memória de uma coletividade, seja ela, um país ou uma instituição. A organização e a representação do conhecimento foram as atividades mais citadas nos estudos cujo foco é a memória artificial. A memória humana foi associada ao processo de leitura efetuado durante o trabalho de catalogação (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2010, p. 14-15).

Se considerarmos que toda produção humana está atrelada a consciência de quem a fez, então o valor desses objetos está atrelado à sua função social. Isso se dá, sobretudo, porque a nossa vivência é marcada pela capacidade inata de se reinventar e adaptar o mundo conforme as nossas exigências, o que facilita na construção de diferentes perspectivas de atuação, a partir da troca constante de experiências (SATRE, 2014). O suporte material da memória e seu caráter transgeracional é o que permite a sobrevivência das memórias coletivas – difundidas pela necessidade e pela consciência da importância social acumular, em boas condições, os objetos e acervos de memória (POMIAN, 2000). Todavia, cada sujeito, no processo de construção de sua própria identidade, promove a ressignificação desses objetos.

A posse jamais é a de um utensílio, pois este, me devolve ao mundo, é sempre a de um objeto abstraído de sua função e relacionado ao indivíduo. Neste nível todos os objetos possuídos participam da mesma abstração e remetem uns aos outros na medida em que somente remetem ao indivíduo. Constituem-se, pois em sistema graças ao qual o indivíduo tenta reconstruir o mundo, uma totalidade privada (BAUDRILLARD, 2008, p. 94).

Dodebei (2005) entende a memória cultural como resultado de uma interferência seletiva sobre a memória social, através da qual os objetos representam os modos de viver de uma população – como fragmentos ou evidências que permitem ressignificar e reavaliar nossas ações no presente. Neste sentido, o conceito de memória pode ser compreendido como a “subjetividade objetificada” da identidade (BAUMAN, 2012, p. 182). Nesse confronto entre memória e objeto é que as identidades se estabelecem ou resistem à mudanças.

Como os acontecimentos circunstanciais, os objetos memoriais,

entretanto, se apresentam como um bem social (material e imaterial), estabelecendo uma relação transversal com a cultura material, dimensão concreta das relações sociais, que garante as condições de produção, compartilhamento e acesso ao patrimônio cultural (LIMA, 2011). Quem determina sua preservação detém o poder de legitimar e institucionalizar, ou não, os objetos de memória (PRATS, 1997; PERALTA, 2000; CHOAY, 2001; RODRIGUES, 2017).

Para Gondar (2005) não existe memória sem criação ou fora do contexto afetivo: seu caráter repetidor é indissociável da atividade criativa. Desse modo, ela destaca os problemas recorrentes dos estudos da memória na CI, a partir de quatro pressupostos: a) Por se tratar de um termo polissêmico e transdisciplinar, a memória corre o risco de que se adotem suas diversas significações como equivalentes, ampliando ainda mais as diferenças e as consequências teóricas e práticas de cada uma delas; b) Evidencia o caráter ético e político da memória e a importância e necessidade de nos posicionarmos, uma vez que a memória interliga passado e presente, em função do futuro almejado; c) Delimita a memória como um processo contínuo e ininterrupto, ou seja, uma construção processual submetida a revisitações e ressignificações; e d) Aponta para o fato de que a memória não se delimita à representações, reduzi-la à isso é, sobretudo, desprezar as condições e contextos processuais da sua produção.

Assim, conceber a memória como um processo, não significa excluir dele as representações coletivas, mas, de fato, nele incluir a invenção e a produção do novo. Para Gondar (2008), estudos sobre memória social tendem a progredir de uma esfera individual para um quadro de construção social. Por isso, essa tipologia conceitual surgiu para categorizar tudo o que não é considerado como memória individual. Para ela, todo sujeito nasce em uma cultura com padrões éticos, políticos, estéticos e existenciais pré-estabelecidos e, desse modo, a memória social determina o campo de atuação das memórias individuais.

Tudo que criamos apresenta características que apontam para os elementos basilares da cultura a qual estamos inseridos, atribuindo às nossas produções um valor indispensável para o resgate da memória social (SILVEIRA; LIMA FILHO, 2005). Em outras palavras, a autonomia da memória individual é

capaz de regular a memória social ao decorrer da história (BRITO, 2002). Percebe-se, portanto, que o termo memória social não pode ser apreendido de forma simples e estático, pelo contrário, trata-se de um conceito complexo e multidisciplinar, que se encontra em processo de constantes ressignificações.

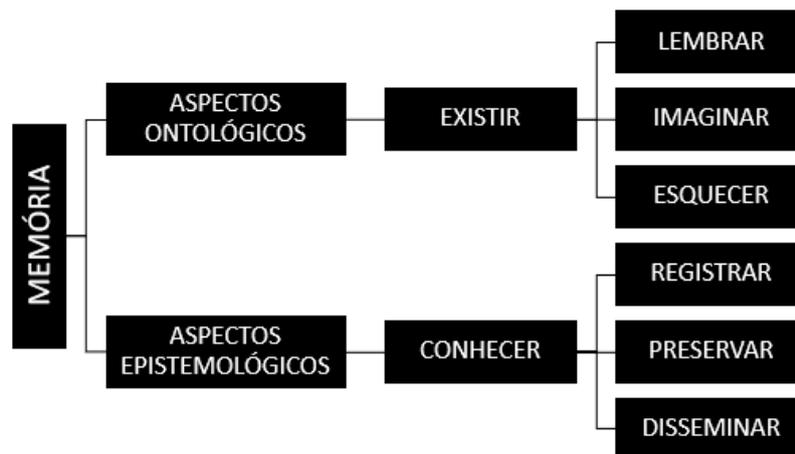
4 A FENOMENOLOGIA DA MEMÓRIA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Como evidenciado anteriormente, os estudos voltados para a fenomenologia da memória na Ciência da Informação, referem-se a uma multiplicidade de séries causais, consequência de abordagens geralmente direcionadas ao âmbito coletivo, organizacional e institucional, em detrimento de uma análise mais holística e sintética – dificultando a compreensão dos aspectos ontológicos e epistemológicos, próprios de tal conceito. Por isso, tais estudos deverão considerar a relação do conceito de memória com os três pilares da consciência contemporânea: cultura, identidade e patrimônio.

Consequentemente, torna-se um equívoco abordar as questões de memória sem distinguir a ação inicial cognitiva da lembrança e os seus desdobramentos nas esferas cognitiva e documental. Os que seguem nessa perspectiva acabam por tornar a memória um sinônimo da História, subtraindo toda a sua ligação orgânica com a cultura e transformando-a em uma mera representação do passado (NORA, 1993), bem como restringe o seu valor e desconsidera a dialética da representação e da interpretação científica própria de cada pesquisador.

A memória é, portanto, um instrumento que contribui para propagação de costumes e valores morais, e para construção de identidades, por meio de registros documentais estruturados, resguardados e utilizados pelos sujeitos, com a finalidade de comprovar fenômenos físicos e intelectuais, passíveis de interpretações e ressignificações simbólicas, contribuindo na reconstrução de eventos e fatos históricos. Desse modo, o fenômeno da memória apresenta métodos e objetivos a partir de aspectos ontoepistemológicos, o que se procurou esquematizar na Figura 1.

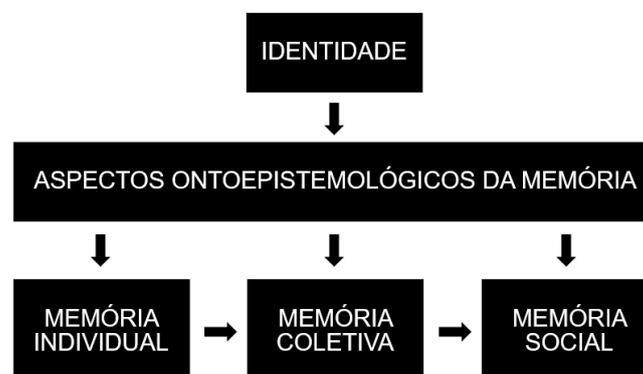
Figura 1 – Esquema Ontoepistemológico da Memória



Fonte: Elaborado pelas Autoras (2021)

Os aspectos ontológicos da memória correspondem a interdependência da lembrança, da imaginação e do esquecimento, como elementos construtivos da nossa existência. Os aspectos epistemológicos preocupam-se em solucionar os impasses na apreensão do conhecimento, por meio do registro, da preservação ao longo do tempo e da disseminação do testemunho, em um processo acumulativo da memória. Ambos não devem ser tomados de maneira isolada, mas conjuntamente, destacando os seus valores como peças fundamentais na perpetuação de identidades, costumes e de tradições que deverão ser mantidos e transmitidos a certos grupos ou parcelas específicas de uma comunidade. Entretanto, quando relacionada ao conceito de identidade, os estudos voltados para essa temática seguem representando as relações entre as dimensões da memória individual, memória coletiva e memória social, como mostra a Figura 2.

Figura 2 – As Dimensões Sociais da Memória a partir da Identidade



Fonte: Elaborado pelas Autoras (2021)

É possível perceber que as dimensões individual, coletiva e social da memória são determinadas pela relação que há entre os conjuntos de características próprias da identidade e os aspectos ontoepistemológicos da memória. A memória individual pode ser compreendida como um fundamento ontológico que torna possível a identidade, na medida em que se organizam as lembranças pessoais de maneira linear, conforme a sucessão de eventos. A memória coletiva seria a soma das memórias individuais que, conseqüentemente, atribui identidade aos grupos que partilham de um mesmo campo cultural. A memória social, por sua vez, possibilita a ligação entre as memórias coletivas, influenciando os indivíduos que ainda estão para nascer. Dessa forma, investigar essas tipologias e desdobramentos da memória é, portanto, compreender os aspectos que a limitam e a favorecem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa foi possível perceber que a memória, enquanto conceito e fenômeno, resguarda em seu bojo, valores ontológicos e epistemológicos que devem ser evidenciados para uma melhor análise do seu significado dentro dos campos científicos no decorrer da história. Diversas áreas do conhecimento buscaram defini-la sob perspectivas divergentes – e, por vezes, até mesmo excludentes.

A Ciência da Informação, entretanto, por não restringir seus estudos ao âmbito puramente teórico, consegue trabalhar a memória de modo transdisciplinar, abarcando as dimensões individual, coletiva e social, a partir de uma síntese entre teoria e prática, considerando as questões existenciais, generalistas, hierárquicas, diferenciais, estruturalistas e simbólicas.

Nessa perspectiva, sugere-se a realização de novos estudos que promovam e aprofundem as discussões críticas sobre as questões ontoepistemológicas e as dimensões identitárias para uma melhor compreensão e sistematização dos empregos e usos dos conceitos de memória nas pesquisas na área da Ciência da Informação.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 (Processo: 88887.487419/2020-00).

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. **Metafísica**. Tradução e notas de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2012. (Série Clássicos Edipro).
- BAUMAN, Z. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2012.
- BERGSON, H. **A evolução criadora**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BLUMER, H. **Symbolic Interactionism: Perspective and Method**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1969.
- BOAS, J. A. V.; SILVA, L. S.; QUADROS, E. M. A questão da memória na interioridade em agostinho: uma leitura a partir de Paul Ricoeur. *In: COLÓQUIO NACIONAL E COLÓQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB*, 12., 6., 2019, Vitória da Conquista. **Anais [...]**. Vitória da Conquista: UESB, 2019, p. 394-398.
- BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 15. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BRANDÃO, C. R. Cultura Popular e Educação: salto para o futuro. *In: SILVA, R. M. C. Cultura Popular e Educação*. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação a distância, 2008. p. 25-100.
- BURKE, P. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BUSH, V. As we may think. **Atlantic Monthly**, [S. l.], v. 176, n. 1, p. 101-108, 1945.
- CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2019.
- CAPURRO, R.; HJORLAND, B. The concept of information. **Annual Review of Information Science & Technology**, [S. l.], v. 37, p. 343-411, 2003.
- CASTRO, E. V. Equívocos da identidade. *In: GONDAR, J.; DODEBEI, V. (org). O que é Memória Social*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005. p. 145-160.

CHARTIER, R. **A história cultural**. Lisboa: Difel, 2002.

CHOAY, F. **A alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

CRUZ, M. B. **Teorias da Verdade e Concepções da linguagem no Crátilo de Platão: aporia e Superação**. 2018. 162 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

DELEUZE, G. **Bergsonismo**. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Ed 34, 1999.

DETIENNE, M. **Mestres da Verdade Na Grécia Arcaica**. Tradução de Ivone C. Benedetti. Pref. de Pierre Vida-Naquet. São Paulo: Editora WMF/ Martins Fontes, 2013.

DODEBEI, V. Objetos & Memória. **Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, p. 227-243, 2016.

ECO, U. **A memória vegetal e outros escritos de bibliofilia**. Tradução de Joana Angélica d'Ávila. Rio de Janeiro: Record, 2010.

ESPERANÇA, C. G. Testemunhas ou fontes: relações e desencontros entre jornalistas e historiadores. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 235-251, 2006.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso** – aula inaugural no Collège De France, pronunciada em 2 de dez. de 1970. Tradução de Laura Fraga e Almeida Sampaio. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Outra memória é possível: estratégias descolonizadoras do arquivo mundial**. Petrópolis: Vozes, 2008.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GONDAR, J. Memória individual, memória coletiva, memória social. **Revista Morpheus** – Revista eletrônica em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n. 13, 2008.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HESÍODO. **Teogonia: a origem dos deuses**. Tradução de Jaa Torrano. 2. ed. São Paulo, Iluminuras, 1991.

HOMERO. **Ilíada**. Trad. de Carlos Alberto Nunes. 25. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2015.

KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

KESSLER, H. P.; KVELLER, D. B.; RODRIGUES, M. R.; SZUCHMAN, K. S. O Ensino Testemunhal entre os restos da ditadura: uma Metodologia Ético-política. **Psicologia: Ciência e profissão**, v. 37, n. esp., p. 161-171, 2017.

KRAUSZ, L. S. **As musas**: poesia e divindade na Grécia arcaica. São Paulo: Edusp, 2007.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 2003.

LEAL, A. Cultura e Memória: percepções das lembranças re-existent no tempo. **Geo UERJ**, v. 2, n. 22, p. 350-361, 2011.

MILANESI, L. **Biblioteca**. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

MIRANDA, M. K. F. O. **O Acesso à informação no paradigma pós-custodial**: da aplicação da intencionalidade para a *findability*. 2010. 353 f. (Doutorado em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2010.

MUXEL, A. **Individu et mémoire familiale**. Paris: Nathan, 1996.

NIETZSCHE, F. **Genealogia da Moral**: uma polêmica. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NORA, P. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, C. V. A Metafísica do Ser: um estudo filosófico para a vida. **Saber Humano- Revista Científica da Faculdade Antonio Meneghetti**, Restinga Seca, p. 291-298, fev. 2016.

OLIVEIRA, D. S. **O Papel da Memória na Formação da Identidade Cultural**: diálogos entre possibilidades de leitura. 2015. 137 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Londrina, 2015.

PERALTA, E. Patrimônio e Identidade. Os Desafios do Turismo Cultural. **Antropológicas**, Porto, n. 4, p. 217-224, 2000.

PIRES, M. C. **Reflexões sobre a memória social aplicada à Ciência da Informação**: o caso do projeto de revitalização do acervo fotográfico do Ahia. 2012. 57 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

PLATÃO. **Mênnon**. Texto estabelecido e anotado por John Burnet. Tradução de Maura Iglésias. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2014. (Biblioteca Antíqua).

POLLAK, M. **Memória e identidade social**. São Paulo: PUC, 1995.

POMIAN, K. Mémória. *In: Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2000. p. 507-516. v. 42.

PRATS, L. **Antropología y Patrimonio**. Barcelona: Ariel, 1997.

QUEIROZ, R. C. R. Informação Escrita: Do manuscrito ao texto virtual. *In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 6., 2005, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: 2005. p. 1-15,

REALE, G. **História da Filosofia Antiga II: Platão e Aristóteles**. Tradução de Henrique Cláudio de Lima Vaz e Marcelo Perine. São Paulo: Edições Loyola, 1994. (Obra completa em 5 volumes).

RICŒUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2009.

RODRIGUES, G. M.; MARTINEZ, V. V. A narrativa testemunhal e o enredamento do traumático no psiquismo. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 858-871, dez. 2014.

ROVAI, M. G. O. Aprendendo a ouvir: a história oral testemunhal contra a indiferença. **História Oral**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 129-148, jul./dez. 2013.

SARTRE, J. P. **O Existencialismo é um humanismo**. Tradução de João Batista Kreuch. São Paulo: Vozes de Bolso, 2014.

SILVEIRA, F. L. A.; LIMA FILHO, M. F. Por uma antropologia do objeto documental: entre a “alma nas coisas” e a coisificação do objeto. **Horizonte Antropológico**, Porto Alegre, n. 11, n. 23, p. 37-50, 2005.

TARELHO, L. C. A teoria da sedução generalizada de Jean Laplanche e o descentramento do ser humano. **Jornal de Psicanálise**, [S. l.], v. 45, n. 83, p. 97-107, 2012.

TORRANO, J. O mundo como função das musas. *In: HESÍODO. Teogonia: a origem dos deuses*. Tradução de Jaa Torrano. 2. ed. São Paulo, Iluminuras, 2014.

WERSIG, G.; NEVELING, U. The phenomena of interest to information science. **The information scientist**, [S. l.], v. 9, n. 4, 1975.

YATES, F. A. **A arte da memória**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

ONTOEPISTEMOLOGICAL ASPECTS AND THE

DIMENSIONS OF MEMORY IN INFORMATION SCIENCE

ABSTRACT

Objective: To present the multidimensional character of memory through historical, philosophical, anthropological and sociological precedents. **Methodology:** This is an exploratory and qualitative research, carried out through a literature review. **Results:** Memory is approached from two distinct but inseparable perspectives: an ontological one, linked to the study of Being; and another epistemological, related to the apprehension of knowledge. The dimensions and typologies of memory are linked to the concept of identity. **Conclusions:** It is considered that this discussion can contribute to enrich the theoretical framework of Information Science, which works this phenomenon in a transdisciplinary way, from a synthesis between theory and practice, considering existential, general, hierarchical, differential, structuralist issues and symbolic memory.

Descriptors: Memory. Ontoepistemological Aspects. Identity. Phenomenology of Memory.

ASPECTOS ONTOEPISTEMOLÓGICOS Y DIMENSIONES DE LA MEMORIA EN CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN

RESUMEN

Objetivo: Presentar el carácter multidimensional de la memoria a través de precedentes históricos, filosóficos, antropológicos y sociológicos. **Metodología:** Se trata de una investigación exploratoria y cualitativa realizada a través de una revisión bibliográfica. **Resultados:** Se aborda la memoria desde dos perspectivas distintas pero inseparables: una ontológica, vinculada al estudio del Ser; y otra epistemológica, relacionada con la apprehensión del conocimiento. Las dimensiones y tipologías de la memoria están ligadas al concepto de identidad. **Conclusiones:** Se considera que esta discusión puede contribuir a enriquecer el marco teórico de la Ciencia de la Información, que trabaja este fenómeno de forma transdisciplinar, a partir de una síntesis entre teoría y práctica, considerando cuestiones existenciales, generales, jerárquicas, diferenciales, estructuralistas y de memoria simbólica.

Descriptores: Memoria. Aspectos ontoepistemológicos. Identidad. Fenomenología de la Memoria.

Recebido em: 16.04.2022

Aceito em: 08.10.2023